

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1290469 - PR  
(2018/0108239-3)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : ZELI CATARINA DE LIMA NIGOSKI**  
**ADVOGADO : CRISTHIAN DENARDI DE BRITTO - PR037104B**  
**AGRAVADO : ETERNIT S A**  
**ADVOGADO : GIULLIANO TRAMONTIN LACERDA E OUTRO(S) -  
PR060346**  
**INTERES. : CARLOS ALBERTO NISGOSKI**  
**INTERES. : FRANZEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA E  
OUTRO**

## EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL – AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM – DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

INSURGÊNCIA RECURSAL DA EXECUTADA.

**1.** Não se admite o recurso especial, quando não ventilada, na decisão proferida pelo Tribunal de origem, a questão federal suscitada. Aplicação da Súmula 211/STJ. Precedentes.

**1.1.** *"A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei".* (REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017.)

**2.** Agravo interno desprovido.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 30 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi  
Relator

